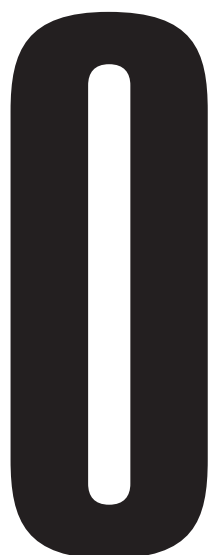


# ensino público

Arte sobre foto de Marcos Santos/USP Imagens



# Apresentação



dossiê “Ensino Público” consiste em uma contribuição em defesa da educação pública, gratuita, laica e universal. Os trabalhos aqui reunidos apresentam resultados de pesquisas e ensaios, bem como análises sobre a luta histórica pela escola e universidades públicas no Brasil e sobre o con-

texto atual marcado por uma agenda conservadora e ultraneoliberal, que coloca o ensino público sob ameaça desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

Os autores não se furtaram de analisar o momento atual marcado pela pandemia da covid-19 e os efeitos à escola e à universidade, pois a pandemia aprofundou e explicitou ainda mais as já conhecidas desigualdades sociais e educacionais no Brasil. Nas escolas de Educação Básica de todos os níveis e modalidades, as condições precárias pré-pandemia foram agravadas, na atual crise, em termos de ofer-

ta e de trabalho aos professores, de modo a colocar novos problemas a serem enfrentados daqui em diante.

Por outro lado, no entanto, essa crise abre uma janela de oportunidades para os “negócios da educação” e o conjunto de interesses aliados ao emprego sistemático de tecnologias voltadas para o ensino remoto. Cabe avaliar os efeitos disso para os estudantes e os professores: para os estudantes, tal ensino remoto, ao esbarrar em problemas como o acesso à internet, falta de equipamentos e espaço adequados, para destacar apenas alguns, acaba gerando uma série de dificuldades e sofrimentos; para os professores, o processo de intensificação (e sobrecarga) de trabalho, que já era uma realidade, se aprofunda ainda mais.

Todo o sistema de controle sobre o trabalho, que estava em pleno curso, agora parece estruturar-se de forma acelerada, combinado com a vigilância. As plataformas voltadas para o ensino remoto e os centros de mídia podem mensurar acessos e as aulas *on-line*. Nesses espaços virtuais, acaba ocorrendo uma maior visibilidade do trabalho do profes-

sor, com efeitos significativos sobre sua autonomia, o que caminha com a desvalorização.

A situação de pandemia tem sido oportuna, nas disputas pela hegemonia, para que as propostas do setor empresarial e suas fundações, juntamente com o setor privado da educação, acelerem reformas dirigidas à mercadorização e à disseminação de uma concepção de educação impregnada pela ideologia da empregabilidade, que transforma o protagonismo juvenil em empreendedorismo. As mudanças no Ensino Médio, empregadas com a Reforma de 2017 combinada com a nova BNCC, são expressão disso. A profissionalização generalizada do currículo e a centralização da formação técnica e profissional aligeirada dirigem a formação dos jovens, que frequentam a Educação Básica em sua etapa terminal, para um mundo do trabalho cada vez mais flexível e precarizado, reproduzindo o histórico problema do dualismo estrutural.

A defesa de um ensino público de qualidade referenciada socialmente passa necessariamente pela luta por um financiamento substancial, o que nos remete ao debate sobre os limites e possibilidades das políticas baseadas em fundos, como o caso do Fundeb e sua importância na sustentação dos vários sistemas estaduais e municipais de educação. No entanto, o debate em torno da aprovação e

constitucionalização do novo Fundeb foi marcado por disputas entre pautas distintas, como a dos que advogam as teses ultraneoliberais do atual governo, o setor empresarial e suas fundações e a dos movimentos sociais e de educadores em defesa da escola pública.

No que se refere ao ensino superior público, ele vem enfrentando uma gama complexa de ataques que decorre de uma agenda regressiva ultraneoliberal, autoritária e negacionista, com impactos severos na produção do conhecimento, algo que antecede à atual pandemia da covid-19 e que tem sido agravado com ela. O que não deixa de ser curioso, pois vale ressaltar o importante papel da universidade neste contexto no sentido de desenvolvimento de equipamentos, pesquisas e protocolos para controle e cura da doença. Cumpre-nos então a tarefa, mais do que nunca, de defendê-la dos ataques envolvendo cortes de verbas, ameaças de censura, programas privatistas e as tentativas de intervenção nos processos democráticos de escolha de reitores. São processos corrosivos que podem levar ao fim da universidade pública tal como a conhecemos, dirigida à formação e à produção do conhecimento.

**Evaldo Piolli**